



Mozambique

Director: MENDES JOSÉ MUTENDA • Nº 574 • Quarta-feira, 17 de Dezembro de 2025 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



CHAPO FALA SOBRE ESTADO GERAL DA NAÇÃO NO INFORME ANUAL

- Primeiros meses foram marcados por reformas orientadas para independência económica
- Mais de 15 milhões de livros foram distribuídos ao Sistema Nacional de Educação

GOVERNO AUTORIZA RETOMA DAS ACTIVIDADES DE 14 EMPRESAS EM MANICA



A medida visa prevenir o despedimento de trabalhadores formais

O Conselho de Ministros autorizou o levantamento gradual da suspensão da actividade mineira na província de Manica, permitindo a retoma das operações por um total de 14 empresas que demonstraram conformidade com os requisitos legais, ambientais e sociais estabelecidos pelo Estado.

A decisão foi tomada durante a 42.ª Sessão Ordinária do órgão, realizada a 16 de Dezembro de 2025, e enquadra-se nos esforços do Governo para conciliar a protecção ambiental com a salvaguarda do emprego e da economia local.

Segundo o porta-voz da ses-

são, Inocêncio Impissa, a avaliação técnica realizada concluiu que as empresas abrangidas não exercem exploração de ouro, não utilizam produtos químicos nos processos de exploração e processamento, não poluem cursos de água e não causam degradação ambiental.

Estas condições foram determinantes para a autorização da retoma das actividades, num contexto marcado por crescentes preocupações ambientais e pela necessidade de reorganização do sector mineiro na província de Manica.

A medida visa, sobretudo, prevenir o despedimento de trabalhadores formais e garantir a continuidade das actividades

económicas consideradas essenciais, como o abastecimento de água potável e o fornecimento de inertes para a construção.

O Governo sublinha que a suspensão da actividade mineira se mantém para os titulares de direitos que exploram ouro ou que não estejam em conformidade com as normas legais e ambientais em vigor.

Inocêncio Impissa esclareceu também que a decisão resulta de um trabalho multisectorial em curso no terreno, envolvendo diversas entidades do Estado, com o objectivo de apurar o grau de responsabilidade de cada operador relativamente à poluição ambiental registada na região.

Os casos que revelem indí-

cios de infracções graves poderão ser encaminhados às instâncias judiciais competentes, nomeadamente à Procuradoria-Geral da República e aos tribunais.

Com esta abordagem faseada, o Executivo pretende introduzir um novo modelo de gestão dos recursos minerais, que permita um maior controlo estatal, aumento da arrecadação de receitas e um melhor aproveitamento económico dos recursos do subsolo.

O Governo admite, inclusive, a possibilidade de instalação, no futuro, de refinarias e postos de compra sob controlo público, caso o modelo venha a demonstrar resultados positivos.

PROTECÇÃO DE DADOS REFORÇA SEGURANÇA DIGITAL



O novo regulamento amplia os direitos dos consumidores e reduz os prazos de atendimento

Paralelamente às decisões no sector mineiro, o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de diplomas legais destinados a reforçar a protecção de dados pessoais, a segurança da informação e a confiança dos cidadãos nos serviços digitais.

Entre as medidas, destaca-se a aprovação do Regulamento de Protecção ao Consumidor de Serviços das Comunicações, Postal e de Telecomunicações, que revoga o Decreto n.º 44/2019.

O novo regulamento amplia os direitos dos consumidores, reduz os prazos de atendimento, melhora os canais de reclamação e reforça, de forma explícita, a privacidade e a protecção dos dados

pessoais dos utilizadores.

O Governo considera que a crescente digitalização dos serviços e a inovação tecnológica exigem um quadro jurídico mais robusto, capaz de responder aos desafios actuais e às constantes exigências dos consumidores.

Foi igualmente aprovado o Regulamento de Centros de Dados, que estabelece o regime jurídico aplicável à construção, operação, licenciamento e registo dessas infraestruturas em Moçambique. O diploma define os critérios, direitos e deveres dos operadores, com o objectivo de promover a transformação digital, garantir a soberania tecnológica e salvaguardar a segurança da informação do Estado,

das instituições públicas, privadas e dos cidadãos.

No mesmo âmbito, o Executivo aprovou o Regulamento de Computação em Nuvem, que passa a regular o registo, licenciamento, desenvolvimento, contratação e operação de serviços de cloud computing que operem no país, estejam ou não fisicamente sediados em território nacional. A medida visa colmatar um vazio jurídico e criar segurança legal para as operações em nuvem, assegurando o equilíbrio entre inovação tecnológica, protecção de dados e soberania nacional.

O Governo sublinha que estes regulamentos estão alinhados com a Política Nacional de Segurança Cibernética, apro-

vada em 2021, e representam um passo decisivo para a consolidação de um ecossistema digital seguro, confiável e competitivo. A expectativa é que o novo quadro legal contribua para atrair investimentos, proteger os direitos dos cidadãos e fortalecer a confiança no uso das tecnologias de informação e comunicação.

No seu conjunto, as decisões aprovadas na 42.ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros refletem a aposta do Executivo numa governação equilibrada, que conjuga a retoma responsável das actividades económicas com a protecção ambiental, a criação e preservação de empregos e o reforço da segurança jurídica e digital no país.

Chefe de Estado no Informe Anual

ALCANÇAMOS VITÓRIAS ASSINALÁVEIS NA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

**Encontrámos um país funcional, mas profundamente fragilizado**

Daniel Chapo foi esta quinta-feira (18), à Assembleia da República (AR) para apresentar, pela primeira vez, na qualidade de Chefe de Estado, o informe anual do Estado Geral da Nação relativa aos principais avanços e recuos alcançados nos primeiros meses do seu Governo.

Entretanto, Chapo começou por afirmar que quando assumiu o país como o Quinto chefe do Governo, herdou um país com um tecido económico completamente dilacerado

devido às manifestações ilegais e violentas, mudanças climáticas extremas, bem como pela insegurança provocada pelos ataques terroristas no norte do País.

"Herdámos um país fustigado pelos ciclones Chido, Dikeledi e Jude, assolado pelo terrorismo em algumas zonas do norte do país e profundamente fragilizado por manifestações violentas, ilegais e criminosas, e com uma economia em recessão", confessou.

Revelou que as manifesta-

ções foram responsáveis pela destruição de mais de 1733 estabelecimentos comerciais, 339 edifícios públicos, assim como 176 postes de energia, 59 torres de telecomunicações, 25 bombas de combustível, 16 portagens, 5 básculas, ambulâncias, entre outros bens.

Como consequência, estes actos forçaram o encerramento temporário e definitivo de inúmeras empresas e a perda de mais 50 mil postos de emprego, tendo causado prejuízos avaliados em cerca de 27,4 bilhões de meticais.

Com efeito, o Presidente da República informou que os fundos que deveriam financiar novas infra-estruturas, foram redirecionados com urgência para a restauração económica, o que segundo o PR, trouxe resultados significativos na estabilização do ambiente político, económico e social.

"Alcançamos vitórias assinaláveis no restabelecimento dos serviços básicos, na recuperação das infra-estruturas destruídas e na estabilização do ambiente político, económico e social", garantiu.

REFORMAS ASSINALAM OS PRIMEIROS MESES DE GOVERNAÇÃO

O Presidente da República, Daniel Chapo, afirmou que os primeiros meses de governação ficaram marcados por decisões estruturantes orientadas para a independência económica, o reforço da economia produtiva e a consolidação de ganhos sociais nos sectores da saúde, educação, função pública e protecção social.

No seu balanço à nação, o Chefe do Estado sublinhou que a industrialização não constitui um simples discurso político, mas um projecto nacional de transformação profunda, sustentado por reformas, disciplina macroeconómica, investimentos estratégicos e gestão rigorosa dos recursos públicos.

Segundo Daniel Chapo, foi neste contexto que o Governo criou, ao nível da Presidência da República, o Gabinete Central de Reformas e Projectos Estratégicos, com a missão de coordenar, monitorar e acompanhar permanentemente as reformas económicas e os grandes projectos estruturantes, assegurando maior eficiência, coerência e impacto no desenvolvimento nacional.

No domínio do financiamento ao desenvolvimento, o Presidente destacou a criação do Banco de Desenvolvimento de Moçambique, actualmente em fase de implementação, que deverá entrar em funcionamento dentro de 12 meses. A nova instituição vai apoiar projectos estruturantes, investimentos produtivos e a industrialização, respondendo a uma lacuna histórica no sistema financeiro nacional.

Chapo realçou igualmente o papel do Fundo de Desenvolvimento Económico e Local (FDEL), dotado de mais de 824 milhões de meticais, com 60 por cento destinados à juventude, visando dinamizar o empreendedorismo



Mais de 15 milhões de livros foram distribuídos este ano

distrital e municipal.

Reafirmou que o acesso ao fundo é universal e isento de discriminação, alertando que qualquer cobrança indevida para acesso ao financiamento deve ser denunciada às autoridades.

Face à elevada procura, o Governo decidiu duplicar o montante do fundo no próximo exercício.

Outros instrumentos anunciados incluem o Fundo de Garantia Mutuária, destinado a facilitar o acesso ao crédito para pequenas e médias empresas, agricultores e jovens empreendedores, bem como o Fundo de Recuperação Económica, com mais de 319 milhões de meticais, para apoiar empresas afectadas por choques económicos e calamidades naturais.

O Presidente destacou ainda o lançamento do Fundo Catalítico, avaliado em 100 milhões de dólares, e linhas de financiamento adicionais para inovação, agronegócio, turismo e construção.

No sector produtivo, Daniel Chapo salientou a aprovação do Plano de Recuperação e Crescimento Económico, orçado em

2,75 mil milhões de dólares, e a redução significativa da dívida do Estado com fornecedores, considerada essencial para restaurar a credibilidade do Estado e revitalizar o tecido empresarial.

No plano social, o Presidente afirmou que os primeiros oito meses de governação registaram avanços concretos na saúde, com reformas estruturais no Sistema Nacional de Saúde, melhoria gradual das condições de trabalho dos profissionais e pagamento faseado das horas extraordinárias. Na educação, destacou que cerca de 15.080.550 livros escolares, em formatos físico e digital, foram distribuídos ao Sistema Nacional de Educação, estancando o défice de acesso a manuais didáticos acima de 100 por cento.

Ainda no domínio da Educação, Daniel Chapo disse que pelo menos 11 das 12 Escolas Secundárias previstas foram construídas com padrões de qualidade e resiliência.

Acrescentou ainda que foram erguidas um total de 465 salas de aula, um número superior das 214 salas previstas.

Em relação à estrada Nacional Número 1, destacou que está em curso a reabilitação dos troços Pambara-Save; Save-Muxungue e Muxungue-Inchope.

"Já fizemos Inchope-Gorongosa e arrancamos com o troço Gorongosa-Caia. Brevemente, vamos arrancar com o troço Caia-Nicoadala, assim sucessivamente", acrescentou.

Relativamente à Função Pública, reconheceu distorções salariais acumuladas e garantiu o início da correcção progressiva das injustiças da Tabela Salarial Única, com progressões e promoções baseadas no mérito. No domínio da protecção social, reafirmou o compromisso com os idosos, assegurando o pagamento faseado dos subsídios do Programa de Segurança Social Básico.

Daniel Chapo concluiu afirmando que, apesar dos desafios, estes primeiros meses lançaram bases sólidas para uma governação orientada para resultados, com os sectores sociais e a economia produtiva no centro do desenvolvimento nacional.

"O INFORME DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FOI UMA FÓRMULA RICA"



O processo de governação será coerente e sem retrocessos

Elisio Frank Xavier de Sousa, deputado da Assembleia da República pela Bancada Parlamentar da Frelimo, afirmou que o informe proferido pelo Presidente da República, Daniel Chapo, foi uma fórmula rica, embora não tenha apresentado detalhes aprofundados sobre alguns aspectos. "Fez, mais ou menos, uma espécie de radiografia completa dos grandes desafios", disse Sousa, sublinhando que o ano em curso foi atípico, iniciado com desafios ligados à estabilidade política, económica e social.

De acordo com o deputado, o pronunciamento do Chefe de Estado mostra que houve um esforço considerável por parte do Governo para manter a estabilidade do país e assegurar uma boa governação. "O informe mostra claramente que o Presidente Chapo está comprometido com as causas do povo, com o bem-estar social, com a segurança das pessoas e com todas as condições que, enquanto sociedade, precisamos para avançar", defendeu.

Em jeito de projecção, Elisio de Sousa foi categórico ao afirmar que o próximo ano (2026) será de muitas realizações. "Devemos continuar com as acções que temos vindo a desenvolver, para materializar os compromissos definidos para este ano (2025), bem como garantir a continuidade das iniciativas em curso."

Salientou ainda Elisio de Sousa que o processo será coerente e sem retrocessos, com o objectivo de se alcançar a perfeição. "É verdade que a perfeição não é fácil, mas é preciso reconhecermos que, quando o Estado ou o Governo actua numa determinada direcção, é porque há uma intenção clara de melhoria contínua, sustentada na coerência das suas acções", afirmou.

"FICOU POR FALAR DA SITUAÇÃO DO 13.º SALÁRIO"

Ivone Soares, deputada da Bancada Parlamentar da Renamo, lamentou a ausência de uma referência ao 13.º salário no informe do Presidente da República, Daniel Chapo. "Faltou abordar o ponto de situação do 13.º salário, num momento em que as famílias moçambicanas se preparam para as festas do Natal e do Fim do Ano. Havia uma expectativa de que o Presidente se pronunciasse sobre esse tema", afirmou.

A deputada manifestou esperança de que o Governo possa ainda surpreender positivamente os cidadãos. "Esperamos que venha aí uma surpresa para as famílias moçambicanas e que o Estado possa efectuar o pagamento do 13.º salário, para que os moçambicanos tenham festas condignas, junto das suas famílias, neste ambiente de diálogo nacional", frisou.



Esperamos que o Estado possa efectuar o pagamento do 13.º salário

PODEMOS DEFENDE NECESSIDADE DE TRANSFORMAR DISCURSO EM DESENVOLVIMENTO EFECTIVO



Há premissas profundas que realizadas, podem transformar o país

MDM PEDE SOLUÇÕES CONCRETAS

O Presidente do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Lutero Simango, afirmou que o informe do Presidente da República à nação não abordou vários aspectos centrais da actual conjuntura nacional, e pede políticas concretas para responder aos problemas que afectam os moçambicanos.

"Moçambique precisa de políticas concretas para resolver os problemas de custo de vida, acesso à educação e saúde de qualidade, infra-estruturas, estradas, água e energia a preços acessíveis, e também a criação de emprego", disse.

Simango reconheceu o cumprimento de alguns pontos

do compromisso político, com o anúncio do indulto, porém afirmou que o discurso presidencial se limitou a uma simples apresentação de acções governativas.

O líder do MDM defendeu também os incentivos fiscais para pequenas e médias empresas, para impulsionar a economia e garantir postos de trabalho, frisando que estas matérias não foram devidamente abordadas no informe.

Relativamente aos valores financeiros anunciados, Simango alertou que os mesmos só deverão entrar no próximo ano, apelando à cautela em relação à sua efectiva entrada e gestão.

O Presidente do Partido Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), Albino Forquilha, afirmou que o informe do Presidente da República à Nação apresentou premissas importantes que podem contribuir para a transformação do país, defendendo que estas devem traduzir-se em resultados concretos.

"Há premissas muito profundas que, se forem de facto realizadas, podem transformar o país para o rumo que desejamos", declarou.

Contudo, o dirigente alertou para a distância entre o discurso político e a realidade no terreno. "O que se vive nesta sala e aquilo que se vive lá fora é completamente diferente", afirmou, acrescentando que ao longo do tempo, o país tem assistido a informes bonitos, mas sem impacto directo no quotidiano do cidadão.

Forquilha destacou que a avaliação da actual governação deve

ser feita com base na materialização das promessas, defendendo um acompanhamento ao longo dos próximos 12 a 24 meses para aferir se haverá mudanças concretas, como no emprego, crescimento económico e no funcionamento das instituições ao serviço do povo.

Albino Forquilha reconheceu como positivos alguns conceitos apresentados pelo Chefe de Estado, com destaque para a diplomacia económica, independência económica e a reformulação dos contratos com multinacionais, reiterando que o essencial será a verificação do impacto dessas medidas na vida real dos cidadãos.

Para o líder do Podemos, o país reúne condições naturais, geográficas e económicas para o desenvolvimento. Entretanto, ficará satisfeito quando os indicadores macroeconómicos se traduzirem em melhorias palpáveis no quotidiano dos moçambicanos.



O discurso se limitou a uma apresentação de acções governativas

PR assina Contratos-Programa com ministros

ETAPA REAFIRMA EXIGÊNCIA DO GOVERNO NA EXECUÇÃO DE RESULTADOS COM IMPACTO REAL



Com estes acordos, afirmamos uma mudança de paradigma na governação pública

A assinatura dos Contratos-Programa entre o Chefe do Governo e os titulares das pastas ministeriais reafirma que cada ministro deverá estar empenhado em apresentar resultados com impacto significativo para o desenvolvimento, cumprindo os respectivos objectivos estratégicos e prazos de execução.

O empenho dos governantes deverá traduzir-se na melhoria da qualidade dos serviços essenciais, com destaque para o acesso à saúde, educação, água potável, vias de acesso, segurança alimentar e, sobretudo, na criação de emprego para

mulheres e jovens.

A determinação foi expressa pelo Presidente da República, Daniel Chapo, que falava esta terça-feira (16), em Maputo, durante a cerimónia de celebração dos Contratos-Programa. Na ocasião, o Chefe de Estado afirmou que cada dirigente deve demonstrar capacidade para transformar os recursos existentes em benefícios concretos para os moçambicanos.

O Chefe de Estado afirmou que o que fará total diferença neste ciclo governativo será a execução com excelência das políticas públicas e a capacidade de transformar recursos, mesmo que escassos, em desenvolvimento tangível. Acrescentou

ainda que o incumprimento injustificado será monitorado e acarretará consequências.

"Com estes acordos, afirmamos uma mudança de paradigma na governação pública. A partir de agora, a avaliação do desempenho governativo será feita com base em resultados e no impacto real na vida do nosso povo", sublinhou o Presidente da República.

Daniel Chapo desafiou os ministros a manterem-se implacáveis no combate à burocracia paralisante e à corrupção, promovendo soluções práticas que tornem os sectores ministeriais instrumentos efectivos de desenvolvimento de Moçambique.

"Neste Governo, responsabilidade não é retórica; deve ser prática. Nenhum dirigente deve governar sem prestar contas. Pelo contrário, deve exercer o poder assumindo a responsabilidade pelas acções a que se comprometeu", frisou o Presidente da República.

Assinaram os Contratos-Programa cerca de 13 membros do Conselho de Ministros, com excepção do ministro da Saúde, Ussene Isse; do ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Mateus Saíze; e de Eduardo Mulémbwè, Ministro na Presidência para os Assuntos Parlamentares, Autárquicos e das Assembleias Provinciais.

GOVERNO AFIRMA QUE O PAÍS REGISTA CLIMA FAVORÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A Primeira-Ministra, Maria Benvinda Delfina Levi, destacou que o país mantém, de forma geral, um ambiente de ordem, tranquilidade e segurança pública, condições essenciais que favorecem o progresso das atividades económicas, sociais e políticas em todo o território nacional.

Levi proferiu este pronunciamento a 10 de Dezembro, na Assembleia da República, no decurso da sessão de perguntas ao Governo apresentada pelas bancadas parlamentares da Renamo, MDM, Frelimo e Podemos.

Sobre a questão do terrorismo no país, a governante explicou que o Governo mantém uma estratégia integrada, que privilegia o reforço da capacidade operativa das Forças de Defesa e Segurança, a prestação de assistência humanitária, o desenvolvimento local inclusivo e a cooperação internacional.

"Igualmente, continuamos a reforçar a capacidade operativa das Forças da Lei e Ordem para a prevenção e combate à criminalidade, com destaque para os raptos, homicídios, tráfico de drogas e de seres humanos, branqueamento de capitais, entre outras práticas que comprometem a manutenção da ordem, tranquilidade e segurança públicas", afirmou.

Na área de estradas e pontes, Levi afirmou que o Governo realiza monitoria diária das condições de transitabilidade nas vias de maior risco de interrupção, de modo a possibilitar intervenções rápidas. "Paralelamente,



A agricultura permanece no topo da nossa agenda de governação

mobilizamos e pré-posicionamos pontes metálicas nas zonas mais vulneráveis a inundações e bloqueios na circulação. Em Cabo Delgado, estão em curso as obras de asfaltagem das estradas Roma-Nambungale, com extensão de 35 km, e Nambungale-Mueda, num troço de 65 km. Em Niassa, prosseguem os trabalhos de asfaltagem da estrada Malema-Cuamba, enquanto na província da Zambézia decorrem as obras de reabilitação do troço Quelimane-Nicoadala-Namacura, numa extensão de 70 km, que inclui a reabilitação e construção de seis pontes", explicou.

Segundo Benvinda Levi, no sector da saúde, o Governo instituiu equipas móveis integradas para atuar nas áreas de risco e nos centros de acomodação, além de pré-posicionar medicamentos essenciais, como anti-

bióticos, antimaláricos e sais de reidratação oral, e material médico-cirúrgico. Foram também mobilizadas cerca de 3,5 milhões de doses de vacina contra a cólera, destinadas à realização de campanhas preventivas nas zonas de maior risco, com o objetivo de mitigar os efeitos da época chuvosa e ciclónica de 2025-2026.

"Por meio dessas e outras ações, que incluem a construção e reabilitação de unidades sanitárias, bem como seu adequado apetrechamento com equipamentos e materiais médicos, buscamos expandir a cobertura dos serviços, elevar a qualidade e a humanização do atendimento, além de prevenir e combater de forma enérgica as práticas que comprometem a prestação de cuidados de saúde à população", afirmou a Primeira-Ministra.

No que diz respeito ao setor

agrícola, Benvinda Levi esclareceu que o Governo está a intensificar a promoção da investigação agrária, a expansão da rede de extensão rural, o fortalecimento dos programas de gestão pós-colheita e a mecanização agrícola, incluindo o aumento da produção animal e o fomento pecuário.

"A agricultura permanece no topo da nossa agenda de governação. Renovamos, assim, o compromisso e a determinação do Governo em implementar reformas e ações que dinamizem continuamente a produção agrícola, através da transferência de tecnologia, partilha de experiências e boas práticas nos processos de sementeira, irrigação e gestão da água da chuva, bem como pela maior participação do setor privado, tanto comercial quanto familiar", salientou.

GABINETE DE RECUPERAÇÃO DE ACTIVOS DESAFIADO A NEUTRALIZAR NÚCLEOS ECONÓMICOS DO CRIME



O Gabinete deve garantir que os recursos obtidos ilicitamente sejam entregues ao Estado e à sociedade

O Procurador-Geral da República, Américo Letela, exigiu, esta segunda-feira (15), em Maputo, que o Gabinete Central de Recuperação de Activos (GCRA) intensifique a sua actuação no combate à corrupção e neutralize diretamente o núcleo financeiro das redes criminosas, garantindo que os recursos desviados retornem ao Estado e à sociedade.

"O fenómeno criminal tem vindo a transformar-se, adoptando de forma acelerada métodos mais sofisticados, estruturas financeiras complexas, esquemas e tecnologias de ocultação patrimonial cada vez mais avançadas", declarou o Procurador-Geral, realçando que a recuperação de activos

deve acompanhar essas dinâmicas, pois enfraquecer redes criminosas passa, necessariamente, por neutralizar o seu núcleo económico.

Durante a 3.ª Reunião Nacional do Gabinete, realizada sob o lema "Gabinete Central de Recuperação de Activos: Contribuindo e Reforçando a Actuação do Ministério Público no Combate à Corrupção, Crimes Económico-financeiros e Criminalidade Organizada e Transnacional", Letela destacou a necessidade de articulação entre instituições nacionais, cooperação internacional e uso de tecnologias avançadas para rastrear, apreender e recuperar bens provenientes de actividades ilícitas.

"Só assim se reduz o incentivo ao cometimento de ilícitos e

se restabelece a confiança dos cidadãos na Justiça", afirmou.

O Procurador-Geral da República também exigiu a aprovação urgente da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Criminalidade Organizada e da Lei de confisco Civil, consideradas fundamentais para fortalecer a recuperação de activos e reduzir os incentivos ao crime.

"O compromisso do Ministério Público é firme e inabalável: não permitir que o crime compense. O Gabinete deve garantir que os recursos desviados ou obtidos ilicitamente sejam entregues ao Estado e à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento nacional, o reforço da justiça social e o aumento da confiança da sociedade nas instituições, em par-

ticular no sistema judiciário", afirmou Letela.

Segundo o Procurador-Geral, o Estado moçambicano criou, através da Lei n.º 13/2020, de 23 de Dezembro, o Gabinete Central de Recuperação de Activos, que passou a estar integrado no Ministério Público. Em 2021, foi aprovado o respectivo regulamento, reforçando um dos principais mecanismos de prevenção e combate à criminalidade organizada e transnacional.

A reunião contou com a participação de autoridades judiciais, fiscais, representantes da sociedade civil e parceiros internacionais, com o objectivo de avaliar os resultados alcançados, identificar fragilidades e definir metas mais ambiciosas para o próximo ciclo.

GCRA RECUPERA MAIS DE 27 BILHÕES EM PATRIMÓNIO INCONGRUENTE



É necessário expandir os Gabinetes Provinciais

A Directora do Gabinete Central de Recuperação de Activos (GCRA), Ana Sheila Marrengula, revelou que, desde a sua

criação, o Gabinete já recuperou um total de vinte e sete bilhões, cento e oitenta e cinco milhões, oitocentos e noventa

e quatro mil, seiscentos e setenta e sete meticais e quarenta e quatro centavos de meticais (27.185.894.677,44) em património incongruente, no âmbito de processos de investigação patrimonial e financeira concluídos.

"Este valor é um lembrete claro de que persistem na nossa sociedade, cidadãos que ostentam níveis de riqueza manifestamente incompatíveis com os seus rendimentos lícitos declarados", afirmou.

Segundo Marrengula, o GCRA passou de 9 para 50 quadros, o que permitiu aumentar a capacidade de investigação e acelerar a conclusão de processos. A responsável destacou que a consolidação institucional e a especialização tornaram o GCRA uma frente

estratégica dentro do Ministério Público.

Entre os principais desafios, apontou a necessidade de expandir os Gabinetes Provinciais, reforçar o acesso a tecnologias modernas de investigação patrimonial e fortalecer a cooperação interinstitucional.

"A gestão de activos apreendidos é uma actividade que exige extrema responsabilidade do Estado, uma vez que a má gestão pode trazer consequências nefastas para o próprio Estado".

O Gabinete também mantém articulação com o Gabinete de Gestão de Activos, assegurando que os bens apreendidos sejam administrados com eficácia, transparência e, sempre que possível, rentabilizados economicamente.

APREENDIDOS MAIS DE 40 MILHÕES DE METICAIS POR FRAUDE FISCAL

O Ministério Público apreendeu mais de 40 milhões de meticais em Maputo, no último sábado, no âmbito de um processo relacionado com suspeitas de fraude fiscal, branqueamento de capitais e outros crimes económicos, informou a Directora do Gabinete Central de Combate à Criminalidade Organizada e Transnacional (GCCCOT), Amélia Machava.

"No âmbito deste processo, houve necessidade de realizar buscas e apreensões num estabelecimento. Procedemos à apreensão de valores monetários, documentos e dispositivos eletrónicos que estávamos à procura", afirmou Machava.

A Directora do GCCCOT adiantou que o montante, superior a 40 milhões de meticais, será conferido com precisão pelo Banco de Moçambique, após o seu depósito na conta do



As investigações continuam

Gabinete de Gestão de Activos.

"A investigação envolve dois indivíduos considerados comerciantes, alguns com dupla nacionalidade, mas com documentos moçambicanos. São suspeitos de fraude fiscal, branqueamento de capitais e outros crimes que poderão ainda ser

apurados ao longo da investigação", afirmou.

Além deste caso, o Ministério Público realizou diligências em processos ligados ao Tesouro e à Autoridade Tributária, envolvendo cerca de 30 pessoas, entre funcionários públicos, cidadãos particulares, dois magistrados e

dois oficiais de justiça.

"O Ministério Público está a exercer a sua actividade fim, que é a acção penal", concluiu, destacando que as investigações continuam, com recolha de evidências e o devido encaminhamento dos suspeitos a julgamento.

LIMPOPO PRECISA DE FÁBRICAS PARA AGREGAR VALOR À PRODUÇÃO LOCAL



O distrito possui condições naturais que lhe permitem produzir praticamente todos os alimentos

Texto e fotos Neide Nhone

O administrador do distrito de Limpopo, Virgílio Muchanga, defendeu a instalação urgente de unidades industriais para a transformação local da produção agrícola e pesqueira, como forma de impulsionar a econo-

mia, gerar emprego e reduzir as perdas pós-colheita. A posição foi manifestada numa entrevista ao Jornal Moçambique, na qual apontou a falta de infraestruturas e de acessos como os principais obstáculos ao desenvolvimento do distrito.

Com uma população estimada em cerca de 153 mil habitantes, Limpopo apresenta um elevado potencial produtivo, baseado sobretudo na agricul-

tura, pesca e turismo.

Segundo Muchanga, o distrito dispõe de condições naturais que permitem a produção de praticamente todos os alimentos básicos, mas ainda depende da venda da matéria-prima sem qualquer processo de transformação.

Na agricultura, as zonas baixas de Zonguene e outras áreas férteis destacam-se pela produção de arroz, milho, mandioca,

hortícolas e diversas frutas. A banana orgânica é um dos principais produtos, abastecendo parte significativa do mercado de Manhica. A disponibilidade de água ao longo de todo o ano, mesmo durante períodos de seca, posiciona Limpopo como um corredor agrícola com enorme potencial ainda por explorar.

Apesar dessas vantagens, a atividade agrícola ainda depende fortemente de instrumentos

tradicionais, o que limita a mecanização e a expansão da produção. Para superar essa limitação, o governo distrital planeja criar parques de máquinas e introduzir tratores nos postos administrativos, visando aumentar a produtividade e melhorar as condições de trabalho dos agricultores.

A pesca é outro setor estratégico da economia local. Com uma extensa faixa costeira, o distrito dispõe de pescado de alta qualidade, incluindo espécies como garoupa, vermelhão e peixe-pedra. No entanto, a falta de embarcações adequadas impede que os pescadores acessem o alto mar, reduzindo o volume das capturas e o rendimento das comunidades.

O distrito conta ainda com um mercado moderno de pescado, equipado com câmaras frigoríficas, água e energia, mas que permanece fechado devido ao mau estado da estrada de acesso à zona costeira.

Segundo o administrador, trata-se de uma infraestrutura de grande importância económica que poderia dinamizar o



Foram mapeados mais de 380 hectares destinados ao parque industrial

comércio do pescado e atrair operadores privados, desde que os acessos sejam melhorados.

Outro desafio importante é a fraca ligação rodoviária entre as zonas produtivas. A construção da ponte que ligará Xikumbane a Zonguene, atualmente

em fase de projeto executivo, é vista como fundamental para melhorar o escoamento da produção agrícola e pesqueira, além de impulsionar o turismo.

No setor do turismo, Muchanga destacou o potencial das praias do distrito, que reún-

nem mar aberto e águas calmas, além de lagoas e dunas naturais ideais para o ecoturismo e investimentos turísticos. No entanto, o desenvolvimento do setor ainda é limitado pela precariedade das vias de acesso.

POSTO ADMINISTRATIVO DE CHISSANO PROJECTADO COMO POLO INDUSTRIAL

Para garantir que a produção local gere mais rendimento e emprego, o governo distrital está a posicionar o posto administrativo de Chissano como futuro polo industrial. Foram identificados mais de 380 hectares para a criação de um parque industrial, que deverá abrigar unidades de processamento de arroz, mandioca, farinha, frutas, entre outros produtos.

Paralelamente, o distrito aposta em iniciativas comunitárias de sustentabilidade, como o programa "Uma família sem cajueiros, um líder um campo, uma escola um

pomar", que incentiva o cultivo de cajueiros em escolas e comunidades, promovendo rendimento próprio e educação ambiental.

Para o administrador, a localização estratégica de Limpopo ao longo da Estrada Nacional Número Um, a proximidade com países vizinhos e a diversidade dos recursos naturais criam condições favoráveis para atrair investimento. "O distrito está aberto a parcerias que contribuam para a transformação local da produção e para o crescimento sustentável", concluiu.



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
N.º 780, 1.º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: Mendes J. Mutenda

Coordenador Editorial: Celeste Manganhela: +258 84 948 4695

Chefe de Repartição de Informação: Pedro Chaguala +258 84 772 7717

Revisor: Isaura Joanisse: +258 82 372 8988

Redacção: Ana Paula dos Santos, Daniel Athathe, Neide Nhone, Virgínia Chemane e Vasco Mazive

Maquetização e Fotografia: Januário Magaia, Jone Njanje e Pedro Chaguala

Na sessão anual sobre o estado das mulheres

MAIS DE 13 MIL CASOS DE VIOLÊNCIA REGISTRADOS EM 2025 ALARMAM GOVERNO E PARCEIROS



Os números demonstram a necessidade de reforçar a prevenção

Mais de 13.600 casos de violência foram registados em Moçambique entre Janeiro e Setembro de 2025, segundo dados do Ministério do Interior, revelados durante a Sessão Anual sobre o Estado das Mulheres em Moçambique, realizada em Maputo, no âmbito do lançamento do Barómetro das Mulheres.

Do total de 13.626 casos atendidos, 9.855 foram de natureza criminal, 2.944 cíveis e 827 de outra tipologia, tendo como principais vítimas mulheres, raparigas e idosas, que representam mais de 10.600 ocorrências. Os números confirmam que a Violência Baseada no Género

(VBG) continua a ser um dos maiores desafios sociais e de direitos humanos no país.

Na sua intervenção, a ministra do Trabalho, Género e Acção Social, Ivete Alane, afirmou que os dados do Ministério do Interior devem ser encarados como um alerta nacional e uma chamada urgente à acção. A governante sublinhou que, apesar dos avanços registados na resposta institucional, os números demonstram a necessidade de reforçar a prevenção, a protecção das vítimas e a responsabilização dos agressores.

Destacou ainda que o Governo aposta numa abordagem integrada, assente na educação, na transformação de normas

sociais e no reforço dos mecanismos de atendimento às vítimas, com destaque para os Centros de Atendimento Integrado (CAI), que já totalizam 30 em funcionamento, prevendo-se a abertura de mais sete até ao final do ano.

O lançamento do Barómetro das Mulheres foi apresentado como um instrumento-chave para transformar dados em decisões políticas, permitindo avaliar o desempenho do Estado e das instituições na promoção da igualdade de género, no empoderamento económico e no combate à violência. O Governo comprometeu-se a incorporar os resultados do Barómetro nos planos e orçamen-

tos públicos, defendendo a sua publicação anual como mecanismo de monitoria e transparência.

Na mesma sessão, a presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, Rasaque Manique, destacou que a violência contra as mulheres compromete não apenas os direitos humanos, mas também o desenvolvimento urbano e a coesão social. Sublinhou que as mulheres continuam a enfrentar desigualdades estruturais no acesso à educação, ao emprego digno, à saúde e à participação na vida pública, realidades que exigem respostas concretas a nível local. Para o edil, a transformação social começa nos bairros, nas famílias

e nos serviços municipais, onde é fundamental garantir políticas inclusivas e sensíveis ao género.

O autarca reafirmou o compromisso do município de Maputo em promover o empoderamento económico feminino, combater a violência baseada no género e reforçar a participação activa das mulheres na governação local. Defendeu que a igualdade de género não se constrói apenas com discursos, mas com decisões firmes, orçamentos sensíveis ao género e serviços públicos humaniza-

dos, reiterando que "quando as mulheres avançam, a sociedade também avança".

A representante do CESC, Fidélia Chemane, falando também em representação de organizações como Oxfam, SES e Aliadas, considerou o Barómetro das Mulheres uma conquista histórica do movimento de mulheres em Moçambique. A responsável destacou que o Observatório das Mulheres conseguiu consolidar-se como uma plataforma credível de produção de evidências, baseada em dados estatísticos,

capaz de influenciar políticas públicas e fortalecer a advocacia em defesa dos direitos das mulheres. Sublinhou que o Barómetro representa não apenas um instrumento técnico, mas a materialização de um ideal colectivo de justiça social e igualdade de género.

A representante dos parceiros alertou, contudo, para os desafios crescentes de sustentabilidade financeira enfrentados por organizações da sociedade civil, apelando a um maior envolvimento do Estado,

do sector privado e da comunidade internacional para garantir a continuidade e a resiliência do Observatório das Mulheres. Segundo afirmou, investir na igualdade de género "custa caro", mas ignorar a violência e a discriminação custa ainda mais à sociedade. Reiterou, por fim, que os direitos humanos das mulheres não podem esperar e que o Barómetro deve servir como base permanente para acção, responsabilização e mudança estrutural em Moçambique.

CERCA DE 119 MULHERES FORAM ASSASSINADAS EM 2024

Cerca de 119 mulheres perderam a vida em 2024, vítimas de violência doméstica em todo o país, segundo os dados apresentados pelo Observatório das Mulheres, em Maputo, durante o Lançamento Oficial do Barómetro 2025, visando apresentar os principais resultados do Estado das mulheres 2025.

O nível da violência física grave que termina em morte de mulheres, as mulheres adultas tem um maior índice de assassinato. No entanto, na violação sexual, 89,7 por cento são crianças, e nesse mesmo número 90 por cento são crianças de sexo feminino e 10 por cento são meninos.

Em representação do Observatório das Mulheres, Quitéria Guirengane, destacou que a presente edição é dedicada exatamente às 119 mulheres vítimas de violência doméstica.

"Nós dizemos que dedicamos esta edição para às 119 mulheres cujas vidas foram brutalmente ceifadas em 2024. É preciso referir que, quando falamos destas mulheres, estamos a falar das vítimas de violência física grave que terminou em morte". Explicou,



Mulheres adultas registam maior índice de assassinatos por violência doméstica

acrescentando que estes dados demonstram uma subida em relação ao 2023, que eram 98 casos notificados pela polícia.

Segundo Guirengane, não se trata de um simples número de mulheres que morreram, trata-se de mulheres que foram assassinadas, aquelas cuja a violência física grave terminou em morte, que está nas estatísticas oficiais; trata-se de vítimas de silêncio e de uma

violência física grave.

Ao nível dos dados da procuradoria, Guirenga destacou que também houve uma subida significativa dos números. Os dados são diferentes, mas de casos de violência física grave com homicídio e morte.

Em relação ao nível dos tribunais, foram julgados mais de mil casos de assassinatos com homicídio e morte, registados nesse período. Entretanto, per-

cebe-se haver uma diferença de categorização e o relator ilustra graficamente toda essa diferença de categorização, mas também a diferença de números. Mas todos eles mostram que as formas letais de violência física subiram drasticamente e há um alerta nacional sobre essas mortes, que se tornaram ainda mais videntes com todas as situações de assassinato, em 2024.

Excelência académica

MOÇAMBICANA OBTÉM 20 VALORES NO MESTRADO EM ARQUITECTURA EM PORTUGAL



Este feito não resulta da sorte, mas do esforço contínuo

Texto: Ana Paula dos Santos

Fotos: Pedro Chgaguala

Aos 23 anos de idade, a jovem moçambicana Sámia Kailane Hussene Baptista Chicoco, natural de Nampula, alcançou a nota máxima de 20 valores na defesa da sua dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP),

em Portugal.

Sámia afirma que o feito não resulta da sorte, mas do esforço contínuo, e defende que a criação de bolsas de estudo e de cursos vocacionais são mecanismos que o Governo moçambicano deve adoptar como forma de apoiar os jovens a integrarem-se em áreas técnicas e a construir um futuro melhor.

Nascida a 16 de Outubro de 2002, Sámia construiu uma

trajectória académica marcada pela mobilidade geográfica e pela consistência no desempenho escolar. Viveu em Tete nos primeiros anos de vida, onde frequentou o Colégio Mundial. Da 1.ª à 6.ª classe, estudou no Colégio Académico. Entre a 7.ª e a 10.ª classe, mudou-se para a cidade de Maputo, tendo frequentado o Externato Cantinho do Céu, na Matola. Já a 11.ª e a 12.ª classes foram concluídas na Escola Secundária do ISCTEM,

Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique, onde terminou o ensino médio.

Em 2020, Sámia foi admitida e ingressou na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, onde frequentou apenas um semestre do curso de Arquitectura. Posteriormente, foi admitida, por regime especial, na Universidade do Porto, a sua primeira opção académica.

A sua chegada a Portugal ocorreu em pleno contexto da pandemia da Covid-19, num período marcado por aulas online, adaptação cultural e afastamento da família. "O ano lectivo começava em Setembro, mas só cheguei na primeira semana de Novembro, por causa do processo de visto. Naquela altura, ainda estava a ter aulas online", recorda.

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia e do atraso na chegada, Sámia manteve um percurso académico de excelência ao longo de toda a formação.

"Nunca considerei sorte. Todo o meu esforço ao longo dos anos levou-me até este momento. É um sentimento bastante gratificante ter a oportunidade de estudar numa universidade tão prestigiada como a do Porto. Mas, ao mesmo tempo, sinto que este momento representa que nós, jovens moçambicanos, mulheres, podemos estar em ambientes altamente competitivos", afirma.

Sámia Chicoco descreve-se como uma pessoa muito académica. "Considero-me uma pessoa muito dedicada aos estudos. Desde criança, sempre me esforcei bastante na escola", afirmou. Esse esforço constante refletiu-se nos resultados que obteve ao longo da sua formação.

Sobre a conquista do mestrado, Sámia revelou um sentimento de alívio, mas também de realização pessoal. "Senti que aquele momento refletia todo o meu esforço, a minha dedicação e tudo o que investi na escola ao longo dos anos. Foi uma recompensa", explicou.

No entanto, a trajetória até à excelência não foi isenta de desafios. Ao chegar a Portugal, Sámia enfrentou um choque cultural e académico. "Chegan-



A trajetória até à excelência não foi isenta de desafios

do lá, foi inevitável sentir que, como africana, negra e mulher, precisava esforçar-me o dobro em relação aos meus colegas", contou. Para Sámia, a diferença de realidade foi evidente desde o início. "Vivia com os meus pais e irmãos. De repente, estava num país desconhecido, e praticamente sozinha, embora tivesse amigos porque tinha amigos, mas nada substitui o conforto da família", acrescentou.

Apesar das dificuldades, Sámia não encarou a desigualdade como um obstáculo, mas como um incentivo à persistência. "Sempre senti que o meu esforço tinha de ser redobrado em comparação com os nacionais, no meu caso, os portugueses. Mas vejo isso

como um reflexo de dedicação e força emocional, que exigem muita maturidade", afirmou.

A adaptação a um novo currículo, a uma nova cidade e a um país diferente representou um grande desafio para Sámia Chicoco. "O primeiro ano de faculdade foi muito exigente. Cheguei atrasada e, além disso, tivemos o impacto da Covid-19, que nos fez regressar como sociedade", relatou. A distância da família foi um dos pontos mais sensíveis: "Estar longe dos meus pais e ter de ser sempre forte foi a maior dificuldade. Os pequenos consolos que eu tinha, mesmo que raros, eram importantes para continuar".

Sámia partiu para Portu-

gal acompanhada por alguns amigos moçambicanos, todos com objectivos académicos. Apesar do apoio dos colegas, nada substituiu o abraço e o conforto da mãe, cuja ausência foi sentida ao longo de toda a experiência.

A escolha pela arquitectura surgiu de forma natural e tem raízes familiares, embora sem qualquer imposição. "Desde criança, sempre quis seguir arquitectura. O meu avô também era bom desenhador, então acho que isso vem da família", afirmou. Acrescentou ainda que o curso a cativou por combinar pessoas, criatividade e experiências sociais, elementos que reforçaram o seu interesse e paixão pela área.

SÁMIA CHICOCO RELATA SUA TRAJECTÓRIA ACADÉMICA



O tema da dissertação nasceu durante um intercâmbio Erasmus em Munique – Alemanha

O tema da dissertação, "Katembe: Entre Utopia e Realidade em Chali e Inguide", nasceu durante um intercâmbio Erasmus em Munique, Alemanha, entre Outubro de 2024 e Março de 2025. Nesse período, Sâmia teve aulas com o arquitecto Francis Kéré, vencedor do Prémio Pritzker 2022, cuja abordagem, centrada na ligação entre arquitectura, clima e impacto social, influenciou profundamente a construção do seu trabalho académico.

Para a dissertação, Sâmia elaborou um plano de urbanização como projecto final da sua formação, enfrentando desafios significativos na obtenção de informação, devido à escassez

de materiais sobre o contexto moçambicano. Em Junho, realizou duas semanas de pesquisa de campo em Chali e Inguide, onde teve o seu primeiro contacto analítico com a realidade rural moçambicana. Apesar da desconfiança inicial por parte das comunidades locais, conseguiu recolher uma base sólida de dados, o que exigiu um processo rigoroso de selecção e tratamento da informação mais relevante para a proposta de intervenção urbanística.

Como projecto final da sua formação, Sâmia desenvolveu um plano de urbanização, enfrentando desafios sobretudo na recolha de informação, de-

vido à escassez de materiais sobre o contexto moçambicano. Em Junho, realizou duas semanas de pesquisa de campo, enfrentando pela primeira vez, de forma analítica, a realidade rural do país. Apesar da desconfiança inicial por parte das comunidades, conseguiu reunir uma base sólida de dados, o que exigiu um criterioso processo de selecção da informação mais relevante.

O estudo iniciou-se no bairro Inguide, de carácter mais rural, e estendeu-se ao bairro Chali, mais denso e urbanizado devido à proximidade com a ponte Maputo-Katembe. Ambos serviram como base comparativa para a dissertação.

Com base no Plano Geral de Urbanização do Distrito Municipal da Katembe, elaborado pelo município, Sâmia Chicoco apresentou propostas de melhoramento urbano ajustadas à realidade local.

Apesar dos desafios, incluindo a perda de parte do trabalho a apenas um mês do prazo de entrega, conseguiu recuperar e concluir com sucesso a dissertação, obtendo a nota máxima.

O feito de Sâmia Chicoco projeta o talento jovem moçambicano no cenário académico internacional e reforça o papel das mulheres africanas nas áreas técnicas e científicas, tradicionalmente dominadas por homens.

Sâmia Chicoco destaca que teve docentes acolhedores durante a sua formação e que não enfrentou episódios de racismo nem desigualdade de género. No entanto, sentiu a necessidade de se esforçar em dobro em relação aos colegas para afirmar-se num contexto distinto do seu. Essa experiência, segundo afirma, a tornou mais sensível aos contextos sociais e reforçou o sentido de responsabilidade em contribuir para o desenvolvimento de Moçambique, sem perder a ambição e dedicação pessoal.

Para Sâmia, a sua trajetória é um exemplo de que, com esforço e persistência, é possível alcançar a excelência. No entanto, defende que é fundamental valorizar mais os jovens moçambicanos, reconhecendo o talento e o potencial que têm. Acredita que, com apoio e oportunidades adequadas, os jovens podem desempenhar um papel transformador no futuro do país.

Para impulsionar o crescimento do país

BNI APONTA NECESSIDADE DE ESTABILIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA



BNI tem uma grande responsabilidade para o futuro

O Presidente da Comissão Executiva do Banco de Desenvolvimento (BNI), Abdul Jivane, afirmou esta quarta-feira, em Maputo, que a capitalização do banco e a estabilidade política e económica são essenciais para o crescimento do país.

O Dirigente destacou que a falta de segurança e instabilidade têm reduzido os investimentos estrangeiros nos últimos anos. "Nas últimas décadas, o nível de investimento estrangeiro foi extremamente alto, mas nos últimos anos, tem diminuído devido à questão da segurança", afirmou.

Jivane explicou que o BNI, embora desempenhe um papel importante no financiamento de grandes projectos, enfrenta limi-

tações devido à falta de recursos. "O BNI tem estado a desempenhar o papel de banco de desenvolvimento, mas com limitações do ponto de vista de capital, que não é suficiente para responder aos desafios da economia", disse, defendendo a criação de um novo Banco de Desenvolvimento, mas alertou que a eficácia de qualquer nova instituição depende do aporte de capital suficiente.

"Mais importante do que criar uma nova instituição, é aportar capital suficiente para que possa de facto cumprir sua missão", enfatizou Jivane.

Apesar das restrições de capital, o PCA destacou os resultados positivos do BNI. O banco, criado com um capital inicial de 2,2 bilhões de meticais, actualmente possui activos no valor de

14,7 bilhões de meticais, e lucros acumulados de cerca de 2,1 bilhões de meticais até Novembro de 2025.

"O BNI foi criado com um capital social de 2,2 bilhões de meticais. Hoje, o activo total é cerca de 14,7 bilhões de meticais, ou seja, aumentamos o valor do ativo total em sete vezes", declarou.

Segundo o responsável, a taxa de crédito malparado do banco é de 7,5 por cento, abaixo da média do sector, e sua liquidez é de 109 por cento, muito superior à exigência do Banco de Moçambique.

O Presidente do BNI falou sobre as dificuldades enfrentadas pelo banco devido à falta de capital inicial adequado.

"Quando o BNI foi criado, o capital inicial era de 500 milhões de dólares, mas somente 14% desse

valor foi realizado. O Estado apenas fez os aportes necessários em 2020, colocando 35 milhões de dólares", explicou, reafirmando que a criação de um novo Banco de Desenvolvimento poderia ajudar a superar essas barreiras, desde que houvesse uma definição clara de papéis entre as instituições financeiras.

"Se o Estado decidir criar um novo Banco de Desenvolvimento, precisamos definir com clareza qual será o papel do BNI para evitar a duplicação de funções", comentou.

Prosseguiu: "O BNI tem uma grande responsabilidade para o futuro. Com mais capital e estabilidade, poderemos expandir nossa atuação e financiar os projetos necessários para o desenvolvimento do país", concluiu Jivane.



CRESCER PARTICIPAÇÃO FEMININA NO SECTOR DE HOTELARIA E TURISMO EM MOÇAMBIQUE

O Secretário de Estado do Turismo, Fredson Bacar, afirmou que o sector de hotelaria e turismo em Moçambique regista uma participação feminina cada vez mais expressiva, refletindo o papel estratégico da mulher na prestação de serviços e na consolidação do turismo como motor de diversificação económica.

O governante falava recentemente em Maputo, durante o workshop de consulta sobre estratégias de capacitação de formadores na área de hotelaria e turismo.

Segundo Bacar, o sector conta actualmente com cerca de 82.250 trabalhadores, sendo a cidade de Maputo, seguida da província de Maputo e Inhambane, as regiões que mais absorvem mão-de-obra. As áreas de restauração, bebidas e alojamento lideram as contratações e concentram um número significativo de mulheres, evidenciando uma tendência crescente de inclusão feminina no mercado de trabalho turístico.

O Secretário de Estado sublinhou que o sucesso de um destino turístico está directamente ligado à qualidade dos serviços prestados, e esta, por sua vez, depende do factor humano. "Sem investimento na qualificação do capital humano, mesmo com boas infra-estruturas e recursos naturais, o turismo não cresce na dimen-



O sucesso de um destino turístico está directamente ligado à qualidade dos serviços prestados

são desejada", defendeu, apontando a formação profissional como pilar essencial para a competitividade do sector.

Dados apresentados no encontro indicam que, entre 2020 e 2024, o sector capacitou 11.397 profissionais em hotelaria e turismo. Só no presente ano, mais de 2.600 novos profissionais já foram formados, incluindo mulheres e jovens, tendo sido ainda atribuídas 41 bolsas de estudo para formação média em Portugal.

Por seu turno, o secretário de estado do Ensino Técnico-Profissional, Leo Jamal, destacou que a hotelaria e o turismo constituem um verdadeiro cartão-de-visita do país, exigindo mão de obra qualificada desde a base. No

quadro da elaboração do Plano Estratégico da Educação Profissional 2026-2035, o sector prevê intervenções em várias escolas públicas de hotelaria e turismo, nomeadamente na Ilha de Moçambique, Inhambane, Pemba e na cidade de Maputo, com vista à melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

Já o coordenador do PRE-TEP Plus, Gilberto Antero Botas, explicou que o desafio central passa pela formação contínua de formadores, considerada uma acção catalítica para elevar a qualidade do ensino técnico-profissional. Actualmente, o país conta com cerca de 4.000 formadores, parte dos quais ligados à área de hotelaria e turismo, que de-

vem passar por capacitação psicopedagógica obrigatória.

Botas revelou ainda que o projecto dispõe de 35 milhões de euros para cinco anos, estando previstos 12,5 milhões de euros para a reabilitação e equipamento de nove institutos, incluindo escolas com hotéis-escola, bem como para a formação de formadores, com apoio do governo italiano.

As autoridades convergiram na ideia de que o fortalecimento da formação profissional, com especial atenção à inclusão das mulheres é determinante para garantir serviços de qualidade, fidelizar turistas e posicionar Moçambique como um destino competitivo no mercado regional e internacional.